Não-Me-Toque

Rio Grande do Sul - RS

Histórico

Não-Me-Toque pertenceu, sucessivamente, aos municípios de Rio Pardo, Cachoeira do Sul, Cruz Alta, Passo Fundo e Carazinho, acompanhando-os em seus sucessivos desmembramentos.

Sua história tem início em 1897, ano em que foi fundada a Colônia do Alto Jacuí, pertencente, então, ao município de Passo Fundo.

O elemento que se veio radicar na nova colônia era de origem predominantemente teutônica. Algumas das pessoas vieram dos primitivos núcleos de colonização germânica no Rio Grande do Sul, como Santa Cruz e São Leopoldo.

Em 1940 foi construída a primeira capela, sob os cuidados do Padre Valentim Rumpel, Vigário de Passo Fundo.

Os primeiros moradores da atual Cidade foram Alberto Schmitt, Frederico Graeff e Pedro Fleck.

Com rapidez, o povoado de Não-Me-Toque tornou-se logo a principal Sede da Colônia do Alto Jacuí e de um distrito de Passo Fundo. Uma agência de Correio, um posto telefônico, um cartório, uma subintendência, uma igreja católica dedicada a Nossa Senhora do Rosário e um templo protestante ergueram-se no povoado.

A estrada de rodagem, ligando Não-Me-Toque a Carazinho, sede do quarto Distrito de Passo Fundo, veio ampliar os benefícios. Em 1913, o povoado já contava com 100 prédios e 600 habitantes.

Distante vinte quilômetros de importante estação da estrada de ferro, remetia aos maiores centros sua produção agrícola, atividade fundamental de sua população.

Em 1919, o curato de Não-Me-Toque foi elevado à categoria de paróquia.

A maior parte da população era adepta da religião evangélica, havendo 12 templos no distrito.

Em 1931, foi criado o município de Carazinho, desmembrado de Passo Fundo, ficando Não-Me-Toque integrado ao novo município.

Em 1954, criado o município de Não-Me-Toque, foi finalmente desmembrado de Carazinho e composto por dois distritos, Não-Me-Toque e Cochinho.

Gentílico: não-me-toquense

Formação Administrativa

Distrito criado com a denominação de Não-Me-Toque, pelo decreto estadual nº 7199, de 31-03-1938, subordinado ao município de Carazinho.

No quadro para vigorar no período de 1944-1948, o distrito de Não-Me-Toque figura no município de Carazinho.

Em divisão territorial datada de 1-VII-1950, o distrito permanece no município de Carazinho.

Elevado à categoria de município com a denominação de Não-Me-Toque, pela lei estadual nº 2555, de 18-12-1954, desmembrado de Carazinho. Sede no antigo distrito de Não-Me-Toque. Constituído de 3 distritos: Não-Me-Toque, Cochinho e São José do Centro, todos, desmembrados do município de Carazinho, para formar o novo município de Não-Me-Toque. Instalado em 28-02-1955.

Em divisão territorial datada de 1-VII-1955, o município é constituído de 3 distritos: Não-Me-Toque, Cochinho e São José do Centro.

Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1-VII-1960.

Pela lei estadual nº 250, de 29-05-1962, é criado o distrito de Rincão Doce e anexado ao município de Não-Me-Toque.

Em divisão territorial datada de 31-XII-1963, o município é constituído de 4 distritos: Não-Me-Toque, Rincão Doce, Cochinho e São José do Centro.

Pela lei estadual nº 5072, de 23-10-1965, desmembra do município de Não-Me-Toque o distrito de Cochinho. Elevado à categoria de município com a denominação de Victor Graeff.

Pela lei estadual nº 6350, de 09-12-1971, o município de Não-Me-Toque passou a denominar-se Campo Real.

Pela lei estadual nº 7051, de 27-12-1976, o município de Campo Real voltou a denominar-se Não-Me-Toque.

Em divisão territorial datada de 1-I-1979, o município já denominado Não-Me-Toque, é constituído de 3 distritos: Não-Me-Toque, Rincão Doce e São José do Centro.

Pela lei municipal nº ..., de ..., desmembra do município de Não-Me-Toque o distrito de Rincão Doce.

Em divisão territorial datada de 1995, o município é constituído de 2 distritos: Não-Me-Toque e São José do Centro.

Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007.

Alterações toponímicas distritais

Não-Me-Toque para Campo Real, alterado pela lei estadual nº 6350, de 09-12-1971.

Campo Real para Não-Me-Toque, alterado pela lei estadual nº 7051, de 27-12-1976.